

(Re)Ocupação de terras e política agrária no Mato Grosso (Brasil): um resgate histórico (1937-1985)¹

Flávia Lorena Brito

Instituto Federal do Mato Grosso
Barra do Garças – Mato Grosso – Brasil
flaviaaui@ yahoo.com.br

Cristiano Costa Pereira

Instituto Federal do Mato Grosso
Barra do Garças – Mato Grosso – Brasil
crispecosta@ yahoo.com.br

Resumo: Este artigo aborda a questão agrária em Mato Grosso, especialmente na região do Araguaia, discutindo a distribuição desigual de terras no estado desde sua origem, revelando seus resultados nos dias atuais. Para tal análise, consideramos fundamental a contextualização de dois momentos históricos, de notada expressividade com relação aos processos migratórios e da composição do campo mato-grossense: o período denominado Estado Novo (1937-1945) e os governos militares (1964-1985). Tais reflexões se baseiam e buscam apoio em autores que, com sua produção, acreditam na luta pela revitalização do espaço rural do Brasil, indo contra a corrente que vislumbra o fim iminente do campesinato brasileiro.

Palavras-Chave: Ocupação territorial. Colonização. Reforma Agrária. Mato Grosso. Mercantilização da terra.

Introdução

Não raro, o dramático momento da chegada do oficial de justiça e da polícia para despejar a família do posseiro e demolir sua precária casa e a cerca, onde houver, é o primeiro contato com as instituições do país e, na imensa maioria dos casos, é o primeiro contato com a instituição da justiça e com a lei. A lei e a justiça lhe chegam para assegurar direitos de outrem e para privá-lo, portanto, dos direitos que supunha ter. Ao torná-lo sujeito de direito, a Justiça o faz para desconhecer e suprimir os direitos que a tradição lhe disse que tinha. Nesse momento, a propriedade privada, fundamento do privado, da contratualidade das relações sociais, da cidadania, invade e suprime violentamente o espaço da vida privada, a casa e a terra de morada e de trabalho (MARTINS, 2012, p. 719).

¹ Optamos aqui pela utilização do termo reocupação, numa referência ao professor João Carlos Barrozo (2010), segundo o qual o termo ocupação apagaria o rastro da ocupação anterior. Preferimos, assim, respeitar a existência dos povos ditos “sem valor econômico” que anteriormente ocupavam o território, daí o termo (re)ocupação (ocupar outra vez).

Podemos dividir a história recente da ocupação fundiária do Estado do Mato Grosso em duas grandes correntes: a primeira ocorre a partir da década de 1930, quando o governo Vargas, reorientando o fluxo migratório brasileiro, canaliza as migrações internas para o centro do Brasil, numa campanha denominada “Marcha para o Oeste”. A segunda, e talvez mais intensa, teria ocorrido já nas décadas de 1960 e 1970, com as políticas de colonização impostas pelos governos militares.

Neste contexto, a ocupação/reocupação/reconstrução da estrutura de terras no Mato Grosso se dá em larga medida pelas políticas de colonização estatais. Considero ambas as correntes migratórias citadas como de extrema relevância para a compreensão da política fundiária do Estado, já que o mesmo se caracteriza, desde sua ocupação no século XIX, pela grande concentração fundiária. Como consequência quase óbvia deste imenso latifúndio, está a desigualdade social no campo, onde pequenos produtores disputam espaço cada dia mais com grandes fazendeiros, que avançam com suas indústrias monocultoras sobre as pequenas propriedades familiares do Estado.

Essa população de agricultores, que desde a ocupação das terras convive com o latifúndio, em geral vive da terra no sistema de posses, ou como arrendatários. Muitos trabalham ainda como empregados nas grandes fazendas, deixando as terras familiares. Abordaremos brevemente sobre cada uma dessas fases, pois acreditamos serem relevantes para a contextualização de nosso objeto de estudo.

Vargas e a 'Marcha para o Oeste': a ideologia do bandeirantismo

A exploração das terras do Brasil pela grande empresa colonial iniciada no século XVI, teve sua intensificação nos séculos XVII e XVIII. As regiões Nordeste e Sudeste, portão de entrada dos colonizadores europeus foram as primeiras a sofrerem a espoliação imposta pela nobreza europeia, na figura da então decadente família real portuguesa. Grandes esperanças foram lançadas sobre as terras de além-mar, num empreendimento, além de ousado, inovador. Mas seria graças à união entre a nobreza e a burguesia europeias que as grandes empresas colonizadoras portuguesa e espanhola conseguiriam empreender sucesso nas terras até então inexploradas pelo incipiente capitalismo mercantil (ou mercantilismo). Estabelecido o contato, fundadas as primeiras vilas, o sudeste despontava como o principal polo de exportação de matérias-primas para a

Europa, em função da zona portuária, tornando-se centro urbano de então. Mas era preciso mais: o centro do Brasil precisava ser explorado, para dar à colonização o sentido esperado.

Apesar das incursões anteriores de estudiosos pelas regiões centrais da então colônia, a exploração intensifica-se no século XVIII. Tal período seria decisivo na formação de vilas e cidades de maior relevância, como Vila Boa, em Goiás, e Cuiabá, no Estado de Mato Grosso. Após o auge da exploração do ouro, decorre um período de decadência na exploração de tal minério, em função mesmo de seu esgotamento na região. Já no final do mesmo século XVIII e início do século XIX, o Eldorado dava sinais de decadência.

Mas, com os movimentos das chamadas Entradas e Bandeiras, como ficaram conhecidas as expedições que partiam de São Paulo para explorar o centro do Brasil em busca de metais preciosos e mão de obra escrava dos indígenas da região, pequenas aglomerações urbanas foram surgindo, como resultado da passagem de tropeiros e viajantes, que integravam a região com o sul e sudeste, realizando as atividades comerciais para subsistência local. Nessas localidades, tão distantes do 'resto do Brasil', foram surgindo costumes e tradições muito particulares, que definem ainda hoje o modo de vida sertanejo do interior do Brasil.

A tão desejada integração voltaria à pauta diversas vezes na história do Brasil. Foi no governo Vargas que o bandeirantismo e o mito do Eldorado ressurgiram, num processo de colonização conseguido à custa da propaganda ideológica criada pelo governo. A promessa de muita terra 'vazia' atraiu empresas de colonização e empreendedores do Brasil e do mundo, numa tentativa de direcionar a massa de imigrantes brasileiros. Assim, seria possível transformar o Centro-Oeste num polo produtor de matérias-primas e consumidor de industrializados, e o sudeste continuaria com sua vocação industrial, servindo ainda como consumidor das matérias-primas e dos produtos agropecuários brasileiros. O discurso oficial prometia tirar o Brasil e os brasileiros da situação de atraso econômico com relação à Europa e aos Estados Unidos, que despontaram após a Primeira Guerra Mundial como a maior potência econômica e política do período, hegemonia mantida por todo o século XX e que agora inicia um processo de lenta decadência financeira e de crises sociais. Barrozo (2010, p. 12-13) assim descreve o período:

No Estado de Mato Grosso, a Marcha para o Oeste se concretizou na Colônia Agrícola Nacional de Dourados, na criação do Território Federal de Ponta Porã, na Fundação Brasil Central e na criação da Expedição Roncador-Xingu. Segundo Lenharo (1986, p. 46), “o Estado Novo imprimiu uma diretriz estatal, centralizada e nacionalista, nos seus ambiciosos projetos de ocupação dos 'espaços vazios' do oeste da Amazônia”.

Além da já citada integração econômica, havia certa tensão social que precisava ser contida, em função de uma grande massa de brasileiros pobres, especialmente nordestinos, que, desempregados e sem condições para produzirem em seus estados de origem, começavam a migrar para o sudeste, em busca de trabalho e emprego nos polos industriais do país. Como apenas o sudeste não conseguia empregar tais imigrantes, era preciso encontrar uma solução para esse grupo de brasileiros. A criação de colônias agrícolas seria uma saída, pois promoveria, ainda, a tão sonhada integração brasileira.

Era um bandeirantismo moderno, que em pouco se diferenciava do ocorrido no período colonial. Os espaços, ainda inexplorados, são descritos pelos primeiros imigrantes como 'gerais' e não são poucos os relatos de Odisseias e lutas de tais imigrantes com outros brasileiros, os indígenas, tratados nas políticas do Estado Novo como parte da selva a ser explorada e vencida para que a região pudesse vir a se tornar parte do projeto de modernização brasileira.

O conceito de “Colonização” utilizado neste período pelo Governo Federal está descrito no Estatuto da Terra nos seguintes termos:

Colonização é toda atividade oficial ou particular, destinada a dar acesso à propriedade da terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante o exercício das atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão em lotes ou parcelas, [...], ou através das cooperativas de produção. (BRASIL, Estatuto da Terra, *apud* BARROZO, 2010, p. 14).

Para se ter uma ideia do tamanho do projeto, somente na década de 50, os governos de Mato Grosso, em sintonia com o Governo Federal, alienaram cerca de quatro milhões de hectares de terras para colonização:

Ao longo da década de 1950, os governadores do Estado de Mato Grosso, Fernando Corrêa da Costa e Ponce de Arruda, (...) alienaram um total de quatro milhões de hectares para colonização, divididos em vinte glebas, quase todas com área de duzentos mil hectares cada. Havia algumas com área um pouco menor e algumas com área de até quatrocentos mil hectares (BARROZO, 2010, p. 13).

Entre as empresas que adquiriram terras neste período, muitas as mantiveram para especulação fundiária, criando assim imensos latifúndios, algo comparável (em estrutura política e tamanho) com as sesmarias do período colonial brasileiro, onde grandes porções de terras, as Capitânicas Hereditárias, foram cedidas para exploração aos capitães, responsáveis por realizar a distribuição e valorização financeira de tais porções de terras. Para Peripolli (2009, p. 58),

(...) o índio, o posseiro, o ribeirinho, o agricultor familiar camponês, etc., não interessavam, como não interessam, hoje, ao capital. Suas “mentalidades”, ou seu “modus vivendi” não “empreendedorista”, ou por não serem “competentes”, fez com que ficassem à margem das políticas agrária, agrícola e também educacional. Portanto, estes sujeitos sociais, transformados em objeto, são vistos como incapazes para o exercício das funções requeridas pelo capital.

Percebe-se, neste movimento, algo muito próximo de uma higienização social. A migração forjada pelo governo federal leva uma massa de pobres, em busca de um futuro promissor fora de sua terra natal, retira-os dos grandes centros econômicos brasileiros, promovendo uma falsa sensação de bem-estar e de desenvolvimento, pois acalma as tensões sociais e apresenta à população em geral uma solução para tal problema. Mas, abandonados à própria sorte, esta população passaria a conviver com uma estrutura fundiária que em nada tem a ver com seu modo de produção, e que não prevê espaços para a pequena propriedade familiar. O campo mato-grossense transformado num enorme campo de concentração, esconde a pobreza brasileira em seus “gerais”.

E aqui, disputando espaço com a grande empresa capitalista agrícola, com grupos indígenas cada vez mais espoliados, aldeados, cria um modo de vida e um modo de produção muito próprios. As lutas camponesas assumiriam um papel fundamental na mudança de rumos do campesinato brasileiro, em especial entre as décadas de 1940 e 1960.

O Vale do Araguaia: a Fundação Brasil Central e a Expedição Roncador-Xingu

A ideologia estadonovista de integração e desenvolvimentismo levou um grande número de trabalhadores rurais para o centro sul do Brasil. Isto porque seu discurso

paternalista buscava agregar todos os segmentos da população brasileira – ricos, pobres, homens e mulheres – que seriam assim parte do projeto de integração nacional. Ao campo era dado o relevante papel de produtor de matérias-primas para abastecimento das regiões em franco desenvolvimento industrial.

O povo deveria sentir-se parte do projeto de nação orientado por Vargas no período do Estado Novo. Mas toda essa euforia desenvolvimentista não previa autonomia aos grupos nela envolvidos, os quais passavam por um rigoroso controle estatal. Assim como os sindicatos de trabalhadores das grandes cidades, organizações rurais, como as Ligas Camponesas, eram temidas pela possibilidade de incitar levantes na numerosa população rural, que deveria resumir-se a seu papel fundamental no desenvolvimento brasileiro: o aumento e a diversificação da produção agrícola para consumo interno e exportação.

A ocupação e colonização orientadas da região central do Brasil significavam a possibilidade de abertura para a exploração da Amazônia, e a região do Araguaia desempenharia um importante papel nesse processo. Para tal, munidos do discurso “integrar para não entregar”, carregado de uma ideologia claramente desenvolvimentista, o governo federal passou a organizar uma série de ações orientadas, como o projeto da Expedição Roncador-Xingu, que tinha o intuito de desbravar as regiões ainda quase desconhecidas da bacia amazônica. Em seu discurso, o propósito da expedição seria integrar as regiões, consideradas “vazios demográficos”, tornando-as o portal da Amazônia. Foi assim que, em 03 de junho de 1943, o então Ministro da Mobilização Econômica João Alberto Lins de Barros baixou a portaria 77, que objetivava o desbravamento e colonização de regiões ainda muito desconhecidas e de se abrir vias de comunicação com a região amazônica, dando início ao projeto da Comissão Roncador-Xingu, dentro da política da Marcha para o Oeste.

Assim, sob a liderança do Coronel Vanique, 40 homens marcharam numa nova Bandeira, esta abençoada pela igreja Católica (foi rezada uma missa no mosteiro de São Bento em São Paulo, como ato inaugural, para dar início ao projeto da Comissão). Devidamente abençoada, a comissão parte em direção às “cidades existentes na barra do rio das Garças, no rio Araguaia” (PERIPOLLI, 2009, p. 191).

No mesmo ano de 1943, é baixado um decreto criando a Fundação Brasil Central, com objetivos militares. A grande dimensão do território brasileiro apresentava-se como um obstáculo à defesa nacional, considerando a iminência de uma guerra mundial em curso, que se iniciaria formalmente em 1945. Assim, visando estar presente em todo o

território nacional, inclusive no ainda em grande medida inexplorado território do Brasil Central, a Fundação absorve a Comissão Roncador-Xingu, visando essencialmente estabelecer seu controle militar sobre o grupo de bandeirantes.

A exploração do território mato-grossense passa, então, a contar com a Fundação, com sede na cidade goiana de Aragarças, vizinha a Barra do Garças. Ali foi construído um aeroporto, que facilitaria o acesso em casos de necessidade de comunicações mais rápidas e urgentes. Para Maciel (2005), a construção da cidade de Aragarças passou por toda uma lógica urbanística, tendo como principal eixo a modernização da região central do Brasil. A cidade, que serviria de polo para o restante da região, densamente habitada por grupos indígenas, recebeu um planejamento urbanístico próximo ao das cidades litorâneas de então, sendo bastante avançada para a época.

A FBC vinculava-se diretamente à Presidência da República e tinha sede na cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal. Foi a primeira instituição constituída, no Brasil, para servir de instrumento de intervenção do Estado sobre o território (MACIEL, 2005, p. 01).

Essa intervenção direta do Governo Federal sobre o território aproxima-se do modelo fascista, que atrela à expansão e domínio territoriais a hegemonia e controle sobre seu povo e a soberania sobre os demais (o espaço vital). Assim também a tão aclamada integração nacional, o intervencionismo e o militarismo são ideias bastante difundidas à época, especialmente na Europa, e possuem um cunho de certo modo fascista. O militarismo, aliás, merece especial atenção.

Devido ao destaque na Revolução de 1930, alguns militares de média patente receberam certo prestígio do governo federal. Como garantia de apoio, foram feitas alianças e garantias de altos cargos no governo Vargas, e entre os militares está o chefe da Fundação Brasil Central, Ministro do Governo Vargas, João Alberto, militar destacado no movimento Tenentista de 1920. Feito o panorama da criação da FBC, pode-se perceber que foi de extrema importância o movimento exploratório de integração do Brasil Central, considerado o “portão de entrada” para a Amazônia brasileira. Além disso, tal contextualização nos demonstra que a ideologia do Estado Novo se aproximava, em muitos aspectos, dos governos fascistas que tiveram seu auge na Segunda Guerra Mundial.

A Expedição Roncador-Xingu, agora integrada à FBC, teria como tarefa o estabelecimento de uma rota terrestre, aérea e de rádio- telégrafo entre as cidades do Rio de Janeiro e Manaus. A urgência desta medida decorria da circunstância de encontrarem-se o Brasil em guerra e, em consequência disto, acharem-se as suas regiões litorâneas (assim, a navegação costeira) vulneráveis a ataques inimigos. Na época, a navegação marítimo-fluvial era o único modo possível de se alcançar a região Norte do país, bem como grandes porções da região Centro-Oeste (MACIEL, 2005, p. 6).

Estabelecida a base avançada da Fundação, criado o polo urbanístico regional na cidade de Aragarças, a Expedição Roncador-Xingu, organização tida a partir de então como 'de cunho militar', marcha sobre o território do Brasil Central. O plano a ser executado pela Expedição consistia em, a partir de uma base de apoio instalada em Uberlândia (estado de Minas Gerais), então ponto final da estrada de ferro Mogiana, construir uma rota terrestre composta de um trecho de rodovia e outro de estrada - transitável por caminhões, equipamentos automotores de grande porte ou veículos de tração animal - entre esta cidade e a margem direita do rio Tapajós, a partir de onde, por via fluvial, alcança-se Manaus. Ao longo desta rota, a expedição deveria instalar inúmeros postos de apoio à aviação, dotados de campo de pouso, instalações para funcionamento de serviço de radiocomunicação e um conjunto de edificações rústicas, para abrigar equipes em serviço (MACIEL, 2005, p. 6).

Neste longo caminho, foram-se estabelecendo contatos com diversos grupos indígenas. Na região do Araguaia, um grupo indígena bastante afetado com a entrada dos colonizadores foi o povo Xavante, que ainda hoje convive em espaços marginais na periferia das cidades da região, especialmente de Barra do Garças e Aragarças. Além disso, foi-se abrindo estradas e picadas. Havia já algumas estradas abertas ligando Uberlândia à Barra Goiana, mas as mesmas eram precárias, e pouco utilizadas. Apenas serviam para o transporte de alguns produtos em moares, ou mesmo um ou outro caminhoneiro que se aventurava no transporte de gado, produto de exportação, especialmente do estado de Goiás.

A localidade escolhida, em razão de suas boas condições de salubridade, para servir de base avançada à Expedição, possuía já algumas construções rústicas, habitadas por uma pequena população de garimpeiros; denominava-se Barra Goiana. Em frente a esta localidade, erguia-se do lado mato-grossense do rio Araguaia, um povoamento relativamente consolidado, chamado Barra Cuiabana, origem da atual cidade de Barra do Garças (MACIEL, 2005, p. 8).

Vale lembrar que a criação da cidade de Aragarças, neste momento, representou um importante impulso à 'modernização' da população interiorana, que se integraria ao capitalismo de maneira definitiva. A vinda de empresas de comércio faria a população estabelecer relações capitalistas, o que era visto e apresentado pelo governo Federal, na figura do Ministro João Alberto (que, aliás, dá nome à principal avenida da cidade de Barra do Garças atualmente) como uma grande conquista para a localidade: “Penso que integrar aquelas populações brasileiras na civilização para que elas se aproveitem das conquistas modernas incorporadas à nossa existência e tão imprescindíveis a todo ser humano, é um dever primordial” (BOLETIM GEOGRÁFICO, 1945, p. 1889 *apud* MACIEL, 2005, p. 10).

Estabelecidos o contato e a empresa colonizadora estatal na região, o fato é que, de grande polo urbanístico, a cidade de Aragarças teve seu desenvolvimento estagnado, grande parte, segundo Maciel (2005), em função de o seu território pertencer à FBC, o que impediria a posse legal do território por parte de quem o ocupasse, que somente poderia viver ali como posseiro. Ao contrário, a cidade de Barra do Garças iniciou grande processo de desenvolvimento, tendo se tornado, a partir da década de 1970, o mais importante centro urbano da região.

Tudo isto graças, especialmente, à ação da SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro Oeste), órgão que viria a substituir a FBC, e que, por iniciativa estatal, promoveu a entrada do grande capital privado na região, estabelecendo o casamento definitivo do capitalismo industrial com o campo na região do Araguaia. Resultado disso é a atual característica do campo mato-grossense, que se transformou numa grande empresa agroexportadora de produtos de alta qualidade e competitividade no mercado internacional.

As décadas de 1960-1970 e os governos militares: modernização e privatização do campo

As décadas de 1960 e 1970 são primordiais para a compreensão da formação do campesinato brasileiro como grupo social estruturado, bem como a construção da identidade camponesa e da sua relação com a luta pela reforma agrária. Marx (2003) em “O 18 Brumário de Louis Bonaparte” nos diz que os homens constroem sua própria

história, mas que não o fazem conforme sua vontade. Carregamos conosco os fantasmas do passado, e as circunstâncias com as quais nos defrontamos para a construção do presente nos são transmitidas pela história.

A tradição de todas as gerações mortas oprime o cérebro dos vivos como um pesadelo. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nessas épocas de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os seus nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar, nessa linguagem emprestada, a nova cena da história universal (MARX, 2003, p. 15-16).

O que há de comum entre os Bonaparte na Europa e a história brasileira? A repetição da história da colonização do centro oeste brasileiro, que vivia nesse momento um grave momento de tensão, que ou os levaria à tão esperada Revolução Socialista e à Reforma Agrária, ou atiraria para longe os germes de tal revolução. Marx afirma que é nesses momentos de tensão que ocorre o acirramento das contradições, e que, assim, a tomada de consciência de sua condição de espoliado leva o oprimido à luta revolucionária. Por esse motivo, uma das principais lições aprendidas pelos governos, Liberais e Neoliberais, é sempre mascarar as contradições e os problemas sociais, exaltando um falso estado de bem-estar entre a população. Foi assim com o Nacionalismo paternalista do Governo Vargas. Assim seria com os militares que, após o golpe militar de 1964, assumiram o poder no Brasil. Nesse momento, as tensões no terreno social acirravam-se, em função de uma aproximação do governo João Goulart com o povo e das chamadas Reformas de Base que, dentre outras medidas, previa a reforma agrária. Convém voltarmos até o ano de 1961 para compreendermos o processo.

No ano de 1961, Jânio Quadros renunciou à Presidência da República, num momento em que os grupos sociais de esquerda encontravam-se mobilizados, especialmente o PCB e o movimento estudantil, que exigiam mudanças estruturais nos diversos setores, além de sua participação nas decisões políticas nacionais. Em novembro deste mesmo ano, ocorreu o Primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Rurais. Discutiu-se ali, basicamente, duas teses sobre a mobilização dos sujeitos do campo: uma, defendida pelo PCB, afirmava ser necessária a criação de Sindicatos Rurais para orientarem os trabalhadores rurais na luta pela Reforma Agrária, que surgiria como consequência da Revolução Socialista. A segunda, mais revolucionária, defendida pelas Ligas Camponesas, propunha a luta imediata, sem

a mediação de partidos ou sindicatos nos moldes dos sindicatos de operários dos centros urbanos. Segundo Borges (2004, p. 87),

Ainda que a primeira vertente tenha sido vitoriosa entre os delegados do referido Congresso, os jornais da época deixam ver que os camponeses ali presentes saíram do evento aos brados de Reforma Agrária na lei ou na marra. Claramente, essa era a tese que mais se aproximava das expectativas dos representantes dos camponeses ali presentes.

Em dezembro de 1961, o Governo Federal, visando claramente institucionalizar a luta camponesa e monitorar tais lideranças, afirma, por meio de determinações legais do Congresso, que daria amplo apoio à criação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Percebe-se, pois, que tal medida não apenas visava amparar legalmente os trabalhadores rurais – os quais não dispunham de qualquer direito trabalhista - como também pretendia neutralizar o crescimento das Ligas Camponesas, então consideradas muito radicais (BORGES, 2004, p. 87).

Já em novembro do ano seguinte, 1962, o governo federal promulga o Estatuto do Trabalhador Rural, que pretendia estender ao trabalhador do campo os mesmos direitos trabalhistas existentes na zona urbana desde 1930. Tais “avanços” são, inegavelmente, resultado da luta e da pressão dos sujeitos envolvidos na busca por mudanças sociais. E a conscientização dos camponeses faz com que o governo seja obrigado a tomar medidas para conter grupos de rebeldes e focos de rebeliões. Assim foi com o governo Vargas e as Leis Trabalhistas. Assim também o Governo João Goulart, ao legislar sobre os direitos trabalhistas do campo. O ritmo de mobilização dos movimentos políticos de esquerda e dos grupos populares apontava para mudanças na estrutura brasileira.

Em 1964, João Goulart anunciou, em seu discurso na Central do Brasil, que pretendia alterar um dos artigos da Constituição Federal que permitiria as condições legais para a reforma agrária no país. Os grandes proprietários rurais, mobilizados contra as reformas de base por meio de suas Associações Rurais, passam a empreender uma luta contra o que denominavam “anarquia nacional” (BORGES, 2004, p. 88). Estava armado o cenário para a intervenção militar brasileira, o Golpe Militar de 1964, trazendo em seu discurso todo o conservadorismo daqueles que percebiam que o acirramento das contradições sociais atingia um momento irreversível, que somente poderia ser contido pelas forças armadas. Somente assim as elites rurais poderiam manter seus privilégios.

Podemos afirmar que tais medidas governamentais caminhavam no sentido de dar ao campesinato brasileiro uma identidade de operário do campo. Isto se deve ao fato de que o campo era cada vez mais parte importante do projeto desenvolvimentista de integração nacional, nas pautas dos governos desde os anos 1930. Ainda assim, após o Governo de Getúlio Vargas, há um “vazio” no que diz respeito às políticas agrárias federais em Mato Grosso (BARROZO, 2010, p. 14). Foi apenas a partir de 1970, quando o Governo decidiu ocupar os “vazios demográficos” da Amazônia, que o Estado de Mato Grosso voltou a ser novamente parte dos projetos de colonização federais. “A colonização em Mato Grosso e Rondônia, nos anos 70 e 80, serviu como “portão de escape” para os problemas fundiários dos agricultores familiares do sul do Brasil, onde ocorria a modernização da agricultura” (CARDOSO; MULLER, 1977 *apud* BARROZO, 2010 p. 14).

A mercantilização da terra e do trabalho no campo em Mato Grosso

Durante o Governo do Presidente Médici, o INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), responsável pela colonização de terras na Amazônia, autorizou a colonização por meio de cooperativas privadas².

Porém, todo este vasto território, considerado pelo governo como “vazio demográfico”, era ocupado por povos indígenas, povos agroextrativistas, pequenos produtores e agricultores tradicionais. Segundo Soares (2004 *apud* BARROZO, 2010, p. 15), “na região do Araguaia, havia apenas três povoados às margens do rio, cuja população era constituída por migrantes vindos do Pará e do Maranhão, que viviam da agricultura de subsistência, da criação de gado e da pesca”.

Com a criação da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), investimentos federais e privados intensificaram-se na região, e, para viabilizar o projeto de integração nacional, as rodovias federais começaram a ser construídas. Foi enorme a violência contra os povos indígenas que habitavam a região, pois os mesmos passaram a

² Em Mato Grosso, os dois maiores projetos de colonização privada foram aprovados e começaram a ser instalados no início dos anos 70. “Eram os projetos de colonização da INDECO em Alta Floresta, do Sr. Ariosto da Riva, e o projeto de colonização de SINOP, do Sr. Enio Pepino” (BARROZO, 2010, p. 17).

ter seus territórios atravessados por rodovias, das quais as mais importantes foram a Cuiabá-Santarém, Cuiabá-Porto Velho e Cuiabá-Brasília. Houve um processo rápido de expropriação e extermínio contra tais povos, visto que a preservação de seus territórios seria um empecilho para o desenvolvimento do Brasil naquele período. Com o slogan de “Levar homens sem terra para terras sem homens”, o governo federal realizou um projeto de Reforma Agrária no mínimo inusitado. Para Otávio Ianni (1979 *apud* BARROZO, 2010, p. 17),

Na concepção do governo militar, a solução para os problemas do minifúndio era o remembramento dos mesmos, criando com isso unidades médias que poderiam ser mecanizadas. Os agricultores excedentes do processo de remembramento dos lotes, necessário para a modernização, seriam transferidos para projetos de colonização na Amazônia. As áreas consideradas 'vazias' no norte de Mato Grosso eram apropriadas para este fim. Segundo o discurso do governo militar, a transferência de agricultores para núcleos de colonização na Amazônia, era apresentada como um processo de 'reforma agrária'.

Com tal medida, o que o governo federal fazia, na realidade, era demonstrar sua gratidão aos grandes fazendeiros que os apoiaram no golpe militar de 1964, no processo denominado por Otávio Ianni de “contra-reforma agrária”. Ao invés de realizar a reforma nas terras onde se encontravam os conflitos agrários, o governo garante a defesa da grande propriedade, e retira os focos de tensão, levando o povo a uma nova colonização dirigida, que agora ocuparia a região Norte. Tal alternativa aparece ainda como solução, válvula de escape, para evitar problemas maiores, visto que os movimentos sociais no campo tomavam força mais e mais.

Apesar de toda a violência sofrida, povos indígenas, posseiros, o povo do campo do Araguaia, possui o germe da revolução, e, ainda hoje, após a instalação da empresa capitalista no campo, as tensões aumentam cada vez mais. O povo Xavante, atingido diretamente pela construção das rodovias que interligam o estado, teve seu território desrespeitado. A nova guerra do Araguaia, na região da Suiá-Missu, não é senão fruto de tal processo. “A tradição de todas as gerações mortas oprime o cérebro dos vivos como um pesadelo”, afirmou Marx (2003, p. 15). O pesadelo da insurreição dos pequenos apresenta-se como um cenário perigosamente confuso: pequenos produtores, posseiros, grileiros e latifundiários, munidos de seus “pequenos exércitos particulares” unidos contra os grupos indígenas, munidos de apoio policial oficial. D. Pedro Casaldáliga (1978, p. 177), o eterno Bispo do Araguaia, escrevera, em um de seus poemas:

Maldito seja o Latifúndio,
salvo os olhos de suas vacas.
Maldita seja a Sudam,
sua amancebada.
Maldita seja para sempre
a Codeara!
Bendito seja Deus
e a guerrilha de sua Palavra
Bendita seja a Terra
de todos e trabalhada.
Bendito seja o Povo
unido e com garra.
Benditos sejam Deus e o Povo
que fazem minha Ira e minha Esperança!

“Amancebada” do latifúndio, a SUDAM cumpria o projeto de reforma agrária proposto pelo governo federal para o Mato Grosso, espoliando o povo da região. Para os produtores do Sul do Brasil, foram oferecidos lotes com 100 ou 200 hectares, “em um núcleo do INCRA com infraestrutura, estrada e tudo o mais que a propaganda oficial anunciava para sensibilizar os agricultores” (BARROZO, 2010, p. 18). Para os grandes empresários, eram oferecidas grandes porções de terras a preços baixos e com incentivos fiscais. A SUDAM e o INCRA eram responsáveis pela viabilização dos projetos, e os recursos financeiros eram repassados pelo Banco do Brasil e pelo BASA.

Considerações Finais

Traçado o panorama, estava instalado no campo a empresa capitalista, e desenhava-se a ocupação da região do Araguaia, que na prática deixava transparecer um clima de tensão social que se acirravam cada vez mais, com a chegada de imigrantes pobres em busca de terra e trabalho. A imensidão do território permitia que, apesar de toda a tecnologia que adentrava o campo brasileiro, condições insalubres de trabalho fossem oferecidas aos trabalhadores das grandes fazendas, que viviam em condições análogas à escravidão (o trabalho escravo na região do Araguaia foi denunciado, pela primeira vez, na década de 1970 pelo Bispo Pedro Casaldáliga, e persiste ainda hoje)³. A quase totalidade das agropecuárias estava localizada no município de Barra do Garças, que abrangia todo o território entre os rios Araguaia e Xingu até a década de 1960

³ O município de Confresa registrou, entre 2003 e 2012, nove casos de trabalho escravo, atingindo um contingente de 1347 trabalhadores libertos no período. Na cidade goiana de Aragarças, vizinha a Barra do Garças, em operação realizada entre 10 e 24 de março de 2010, 143 trabalhadores foram libertos de condições análogas à escravidão, em usina de cana-de-açúcar. (Fonte: <http://reporterbrasil.org.br/2010/04/cortadores-de-cana-sao-libertados-de-trabalho-escravo-em-goias> Acesso: 08/04/14).

(BARROZO, 2010). Conhecidas pelos abusos cometidos contra os trabalhadores e grupos indígenas que habitavam a região quando da sua ocupação pelas empresas agropecuárias, as duas maiores delas, a Suiá-Missú (município de São Félix do Araguaia) e a CODEARA (município de Santa Terezinha), possuíam uma área de, respectivamente, 695.843 hectares e 129.497 hectares (BARROZO, 2010, p. 19).

Atualmente, algumas dessas áreas foram desapropriadas para fins de reforma agrária, o que, de maneira alguma abranda a situação marginal a que são submetidos os trabalhadores do campo no estado. Podemos citar aqui como exemplo a “Bordolândia”. A Fazenda Bordon é um imenso latifúndio no município de Serra Nova Dourada⁴, que, após anos de ocupação pelos movimentos de trabalhadores rurais sem-terra, foi desapropriado pelo governo federal para fins de reforma agrária. Em uma manifestação na altura do Quilômetro 340 da BR-158, os trabalhadores rurais mantiveram a rodovia bloqueada por mais de dez dias aguardando uma reunião com representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), exigindo o retorno para a fazenda Bordon, de onde haviam sido retirados. Segundo a PRF, em função do bloqueio na rodovia, no dia 17 de junho de 2009, houve um tumulto no qual os agricultores Abiné José da Costa, de 49 anos, e Edelton Rodrigues Nascimento, de 48, foram baleados no tórax e não resistiram aos ferimentos.

Atualmente, pode-se inclusive afirmar que a Reforma Agrária está, em vários momentos, expulsando os camponeses do campo. De que adianta levá-los para seus lotes, se não há a revitalização do espaço rural, se não há um projeto de campo que inclua nele os camponeses, o trabalhador e suas famílias, que precisam da terra para se alimentarem? Quantos deixaram suas terras, depois de feita a divisão de lotes, para fugirem da miséria do campo? Quantos fogem, em busca de estudos para os filhos nas cidades da vizinhança?

A preocupação em fixar o homem no campo é uma preocupação antiquada e superada. Não é hoje a preocupação do Estado, como já foi no passado. Essa não é, portanto, a função da reforma agrária. O objetivo da reforma é fazer da agricultura familiar um meio de vida e um instrumento de criação de emprego que assegure o bem-estar e eleve o nível de vida de populações que, sem a reforma, estariam condenadas à miséria e à indigência na cidade. A reforma tem, como um de seus objetivos, trazer os pobres do campo para o mundo moderno. A reforma agrária, portanto, é também, numa certa medida, uma reforma urbana, no sentido de que abre e amplia a alternativa de uma vida

⁴ Sobre a ocupação da região e a Bordolândia, o Bispo D. Pedro Casaldáliga (1978) escreveu, em 1971 a Carta Pastoral “Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social” onde, entre outros aspectos, relata detalhes sobre as condições dos trabalhadores e ribeirinhos da região da Prelazia de São Félix do Araguaia, tendo denunciado, pela primeira vez, a prática de trabalho escravo, inclusive na fazenda Bordon.

rural urbanizada e moderna para populações que há gerações foram confinadas nos espaços residuais do atraso econômico e social. Ao mesmo tempo em que livra a cidade da condição de depósito de excedentes populacionais sem destino e atenua as tendências patológicas da nossa tumultuada urbanização. Certamente, a reforma não tem por objetivo impedir ou cercear as migrações, embora essa possa ser uma das suas consequências. (MARTINS, 2013, s/p.)

Esse projeto raso de fixação do agricultor no campo, não resolveria nem de longe o problema do campesinato brasileiro. Atualmente, há que se pensar numa reforma que amplie os horizontes da vida rural, uma modernização, visto que a simples distribuição de terras não se sustenta. Somente essa reforma agrária modernizante de que fala Martins (2013) atenuaria tais tendências patológicas.

(RE)OCCUPATION OF LAND AND AGRARIAN POLICY IN MATO GROSSO (BRAZIL): A HISTORIC REVIEW (1937-1985)

Abstract: This article discusses the agrarian question in Mato Grosso State, especially in the Araguaia region, discussing the unequal distribution of land in the state since its origin, revealing their results in the current days. For this analysis, we attach importance to the contextualization of two historic moments, noticed expressiveness with respect to migration and the composition of the field in Mato Grosso: the period called “Estado Novo” (1937-1945) and the military governments (1964-1985). Such reflections are based and seek support in authors who, with their production, believe in the fight for revitalization of rural areas of Brazil, going against the current, which sees the imminent end of Brazilian peasantry.

Keywords: Territorial occupation. Colonization. Agrarian Reform. Mato Grosso. Land commoditization.

Referências

BARROZO, João Carlos. A questão agrária em Mato Grosso: a persistência da grande propriedade. In: BARROZO, João Carlos (org.). Mato Grosso – A (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX). Cuiabá: EdUFMT, 2010.

BORGES, Maria Eliza Linhares. Reforma Agrária e Identidade Camponesa. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.) O Golpe e a Ditadura Militar 40 anos depois (1964 – 2004). Bauru: Edusc, 2004.

CASALDÁLIGA, Pedro. Antologia retirante. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MACIEL, Dulce Portilho. Aragarças (1943-1968): A Moderna Urbe na Rota para o Oeste. Revista Plurais, V. 1, No. 2, p. 145-162, janeiro/junho 2005.

MARCHEZI, Fabiana. Confronto durante protesto deixa 2 mortos no MT. Estadão, 18 de junho de 2009, 09h20. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,confronto-durante-protesto-deixa-2-mortos-no-mt,389269>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2014.

MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In.: SHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

_____. Educação rural e o desenraizamento do educador. Revista Espaço Acadêmico, N° 49, Junho/2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/049/49cmartins.htm>. Acesso em: 01 de abril de 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. São Paulo: Centauro, 2002.

_____. O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte (trad.: Silvio Donizete Chagas) São Paulo: Centauro, 2003.

MÉSZÁROS, István. Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição. 1 ed. Revista, São Paulo: Boitempo, 2011

PERIPOLLI, Odimar João. Expansão do Capitalismo na Amazônia Nortematogrossense: a mercantilização da terra e da escola. (Tese de Doutorado). Porto Alegre, 2009.

_____. Um olhar sobre (o campo) a educação no/do campo: a questão das especificidades do ensino. Revista da Faculdade de Educação/Universidade do Estado de Mato Grosso: Multitemática. Ano VIII, n° 13 (jan./jun. 2010) Cáceres: Unemat Editora.

_____. Reforma Agrária de Mercado. In.: SOUZA, Edilson Antônio de (Org.). Desenvolvimento Regional: história, economia e meio ambiente. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

PYL, Bianca. Cortadores de cana são libertados de trabalho escravo em Goiás. Repórter Brasil, 06/04/10. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2010/04/cortadores-de-cana-sao-libertados-de-trabalho-escravo-em-goias/>. Acesso em: 08 de abril de 2014.

VIANA, Nildo. A Dialética como Ideologia. Fragmentos de Cultura, Ifiteg/UCG. Vol. 12, Especial, Março/2003, p. 95-116.

SOBRE OS AUTORES

Flávia Lorena Brito é mestre em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT); técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT), Campus Barra do Garças;

Cristiano Costa Pereira é graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG); técnico-administrativo em Educação no Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT), Campus Barra do Garças.

Recebido em 28/04/2015

Aceito em 13/06/2015